Câmara Municipal de Piedade
Rua Eurico Cerqueira César, 160 – Centro – Piedade – SP CEP 18170-000
Telefone: (15) 3244-1377 - Site: www.piedade.sp.leg.br
E-mail: contato@piedade.sp.leg.br

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021

Presidente: Adilsom Castanho
1ª Secretária: Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2021, às 10h00, no Plenário da Câmara Municipal de Piedade, situada na Rua Eurico Cerqueira César, nº 160, com a presença, registrada virtualmente, dos senhores vereadores: **1)** Adilsom Castanho (DEM), **2)** Alexandre Pereira (MDB), **3)** Alex Pinheiro da Silva (PTB), **4)** Caio Cezar da Silva Martori (PSDB), **5)** Jeferson Donisete Cardoso (PP), **6)** Joacildo Xavier dos Santos (PSD), **7)** José Anésio Xavier Lemes (PP), **8)** Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (PSD), **9)** Mauro Vieira Machado **(**PT**)**, **10)** Nelson Prestes de Oliveira (PSDB), **11)** Valdinei Aparecido Mariano Franco (MDB), **12)** Wandi Augusto Rodrigues (DEM) e com a ausência da vereadora Nilza Maria dos Santos Godinho (PSDB) foi dado início à décima primeira sessão ordinária de 2021 com o seguinte **EXPEDIENTE**: Em votação a ata da décima sessão ordinária de 2021 – **Aprovada por unanimidade (11x0)**; Leitura do **EXPEDIENTE RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO**: O**fício SOF nº 309/2021**, de 19/5/2021 - Solicitação de audiência pública para demonstração do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2021; **Of. Seg. nº 68/2021**, de 13/5/2021 - Retirada de pauta do projeto de lei nº 15/2021; **Of. Seg. nº 70/2021**, de 19/5/2021 - Retirada do caráter de urgência do projeto de lei nº 14/2021; **Of. Seg. nº 71/2021**, de 19/5/2021 - Retirada do caráter de urgência do projeto de lei nº 16/2021; Leitura do **EXPEDIENTE APRESENTADO PELOS VEREADORES**: Edital de convocação para audiência pública referente à demonstração do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2021, dia 26/5/2021, às 8h30, na Câmara Municipal; Leitura do **EXPEDIENTE RECEBIDO DE DIVERSOS**: **Of/CG/343/2021-c**, de 17/5/2021 - Encaminhamento da indicação nº 207/2021 para inclusão de todos os profissionais da educação nos grupos prioritários de vacinação; Leitura das **PROPOSIÇÕES**: **Projeto de lei nº 10/2021 (vereador Alex Pinheiro da Silva)** – Dá denominação de Rua Regina

Auxiliadora Monteiro à rua projetada 5 localizada no Bairro dos Moreiras; **Requerimento nº 46/2021** (vereador Alexandre Pereira): Solicita informações sobre o Portal Antônio da Silva Soares Filho. – O requerimento foi colocado em discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em votação – **Aprovado por unanimidade (11x0)**; **Indicação nº 148/2021** (vereador Adilsom Castanho): Indica a manutenção da estrada que liga ao Bairro Bento Ruivo ao Bairro do Limal; **Indicação nº 149/2021** (vereador Adilsom Castanho): Indica a colocação de lombadas na estrada municipal Carolina Paes Granjeiro; **Indicação nº 150/2021** (vereador Adilsom Castanho): Indica serviço de pintura no Portal Tori, próximo ao Kai Kan. Como não houve mais matérias em Expediente, foi passada a palavra aos inscritos em **TEMA LIVRE**. **Vereador Wandi Augusto Rodrigues (1)** – Cumprimentou todos os presentes e iniciou seu discurso ao abordar o término do contrato de professores da rede municipal de educação. Contou que tal contrato se encerrará em 31/7/2021, motivo pelo qual os professores buscam uma renovação até o fim do presente ano, haja vista o prejuízo aos alunos que a troca do corpo docente pode acarretar no meio de um ano letivo, apesar da paralisação da aulas pela pandemia. Ademais, a contratação de outros profissionais para o segundo semestre, em seu entendimento, poderá ser dificultosa, dado o curto tempo de trabalho. Feitas as considerações, o vereador contou que buscou informações na Secretaria da Educação e no Departamento Jurídico da Prefeitura, onde obteve a resposta de que uma segunda renovação do contrato, já que houve uma primeira, seria ilegal, uma vez que a lei municipal nº 4517 impossibilita tal ação. No entanto, apontou que o art. 11 da referida legislação cita a renovação pelo mesmo período ora contratado: 1 (um) ano, tempo diferente do renovado: 7 (sete) meses. Em síntese, pediu o apoio dos demais parlamentares na resolução do imbróglio, já que são prováveis as ações judiciais contra a municipalidade, impetradas pelas professoras, por conta de uma prorrogação de tempo de contrato indevida. Outro assunto abordado pelo vereador foi o da volta às aulas, momento que contou sobre uma publicação em uma rede social onde recebeu algumas críticas por munícipes contrários a ação, principalmente em relação às creches municipais. Explicou que em nenhum momento foi favorável à reabertura das creches, dada a impossibilidade de se manter protocolos profiláticos em crianças pequenas, situação similar nas pré-escolas, embora defende a volta das aulas aos alunos do quinto ano, principalmente aos que estão em situação de vulnerabilidade social. Em seu entendimento, as professoras

que já foram imunizadas poderiam dar reforço escolar a estes alunos, em turmas pequenas, a fim de se evitar o contágio, bem como prover fundamental apoio em um período crucial na vida escolar destas crianças, quando se preparam para ingressar na rede estadual de educação. Por fim, abordou o assunto da merenda escolar, situação crítica em que a empresa prestadora do serviço demitiu todas as merendeiras que atuavam no município sem cumprir com os pagamentos salariais e previdenciários. Neste sentido, pediu a atenção dos demais edis ao caso, a fim de monitorar uma possível situação em que a Administração Municipal venha a arcar com o pagamento das referidas profissionais. **Aparte vereador Caio Cézar da Silva Martori** – Contou que elaborou requerimento para questionar o monitoramento do contrato de todas as empresas terceirizadas, uma vez que é de suma importância o cumprimento das obrigações trabalhistas, a fim de se evitar um prejuízo ao erário. **Vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (2)** – Cumprimentou todos os presentes e iniciou seu discurso ao abordar o assunto do retorno às aulas. Comentou que a indicação nº 139/2021, de sua autoria e subscrito pelo senhor presidente, sobre a criação de um Comitê de Apoio Psicossocial e Emocional no âmbito Secretaria Municipal de Educação foi bem recepcionada pelo senhor prefeito, já que, embasada pela lei federal nº 13935, a contratação de profissionais especializados pode combater os impactos que a pandemia tem acarretado à comunidade escolar, tais como ansiedade, medo, luto, exaustão, tédio, solidão, angústia, depressão e exclusão. Contrapôs que entende o impedimento da contratação de novos profissionais até o fim de 2021, haja vista a lei complementar 173/2020, mas afirmou ser imprescindível tal prestação de serviço no setor público que necessita apresentar um olhar mais sensível. Em seguida, enfatizou a importância do ensino presencial no processo de aprendizagem, lamentou que muitas crianças são dependentes da merenda escolar para se alimentarem corretamente e pediu ao senhor prefeito que apresente, o quanto antes, um plano de retomada às aulas. **Vereador Alexandre Pereira (3)** – Cumprimentou todos os presentes e iniciou seu discurso ao abordar o assunto dos repasses financeiros à Santa Casa de Misericórdia. Contou que, após a aprovação do repasse de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por esta Casa, projeto este que recebeu um parecer contrário da procuradoria legislativa; a instituição de saúde requer, agora, um repasse de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), valor que supera em R$ 100.000,00 (cem mil reais) o acordado anteriormente. Neste sentido, pediu a atenção dos demais vereadores para o caso, uma vez que um novo impasse entre Prefeitura e Santa

Casa está por acontecer, momento ainda que questionou até quando os vereadores ficarão reféns da situação. **Aparte vereador Mauro Vieira Machado** – Questionou se o valor requisitado pela Santa Casa se refere a serviços prestados ou a um novo convênio. **Continuou o orador** – Explicou que se refere a um novo convênio e encerrou sua fala. **Vereador Adilsom Castanho (4)** – Cumprimentou todos os presentes, enalteceu os discursos anteriores e apontou a importância da atuação de todos os vereadores. Em seguida, abordou o tema da volta às aulas ao afirmar que o ensino à distância prejudica consideravelmente a aprendizagem. Ademais, ressaltou a importância da contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social, mencionada pela vereadora Maria Vicentina, momento que se comprometeu a cobrar do prefeito o atendimento à indicação nº 139/2021, uma vez que, mesmo na vigência da lei complementar nº 173/2020, haverá, em seu entendimento, amparo legal para tal contratação, pois a necessidade é diretamente ligada às consequências da pandemia. No mesmo contexto, lamentou as constantes perdas que a doença tem gerado e apontou a vacina como a única solução possível. **Aparte Vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva** – Apresentou seus sentimentos às famílias enlutadas e contou que nesta mesma data Piedade perdeu mais um munícipe, o general da reserva do Exército, senhor José Carlos dos Santos. **Aparte vereador Valdinei Aparecido Mariano Franco** – Cumprimentou todos os presentes, lamentou os piedadenses vitimados pela pandemia e apontou que apoia a questão da recontratação dos profissionais da educação. **Continuou o orador** – Agradeceu os apartes e, em seguida, abordou o assunto das rodovias estaduais. Contou que a deputada Maria Lúcia Amary esteve presente no município, mais especificamente no trevo do bairro Altos de Piedade, onde havia um radar de velocidade. Agradeceu a atenção da deputada e criticou o governo estadual que, em seu entendimento, menospreza o poder de escoação agrícola piedadense ao abandonar a manutenção das rodovias da região, momento que citou ainda a duplicação do trecho Ibiúna-Vargem Grande como um fator que contribuiu para a deterioração do trecho Piedade-Votorantim, dado o fluxo constante de caminhões carregados. **Vereador Nelson Prestes de Oliveira (5)** – Cumprimentou todos os presentes e iniciou seu discurso ao demonstrar sua preocupação sobre a situação das merendeiras. Apontou que tais profissionais não podem ficar sem receber os valores devidos e indicou mais atenção ao senhor prefeito com relação ao assunto, momento que apontou ainda certa desatenção da assessoria de gabinete ao alertá-lo,

considerando o último episódio da inauguração do centro esportivo, quando os vereadores não foram convidados. **Aparte vereador Wandi Augusto Rodrigues** – Explicou que o imbróglio do não pagamento das merendeiras decorre desde agosto do ano passado e apresentou a informação de que o valor de caução, depositado pela empresa prestadora do serviço, de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) foi resgatado no final do ano, situação que prejudica ainda mais a atual Administração Municipal na resolução do problema. **Continuou o orador** – Afirmou que se tivesse conhecimento da situação, ainda na gestão passada, teria tomado alguma providência. Em seguida, sobre as rodovias da região, comentou que sempre age na observância das leis, porém, como nenhuma providência foi tomada até então, indicou a realização de uma manifestação nas rodovias para impedir o fluxo de veículos, pois, em seu entendimento, só desta forma haverá atenção ao caso. Por fim, afirmou que os vereadores não podem se omitir, pois muitos cidadãos estão perdendo a vida nas precárias rodovias da região e indicou a necessidade de um apoio dos deputados junto ao governo estadual. **Vereador Caio Cézar da Silva Martori (6)** – Cumprimentou todos os presentes e iniciou seu discurso ao também abordar o tema das rodovias da região. Lamentou os acidentes ocorridos, muitas vezes pela irresponsabilidade de alguns condutores, e ratificou a informação de que as obras no trecho Ibiúna-Vargem Grande deterioraram ainda mais as rodovias, bem como a própria marginal do município, trecho recapeado em 2018 por meio de verba do deputado Vitor Lippi. Contou que esteve presente em reunião virtual com a deputada Maria Lúcia Amary e membros do governo estadual, na qual obteve a informação de que a licitação para a instalação de radares em locais com alto índice de acidentes fora alvo de impugnação por parte de licitante, motivo pelo qual atrasa a recolocação dos dispositivos de segurança. **Aparte vereador Nelson Prestes de Oliveira** – Questionou a possibilidade de se oficiar o Ministério Público para que haja a tomada de alguma providência. **Continuou o orador** – Explicou que não há o que se fazer, apenas aguardar a decisão da Justiça, porém, de forma paliativa, o engenheiro responsável pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem), em visita ao local, comprometeu-se a instalar redutores de velocidade e lombadas. **Aparte vereador Valdinei Aparecido Mariano Franco** – Concordou com o vereador Nelson sobre a tomada de alguma ação mais efetiva para a resolução do problema, uma vez que muitos piedadenses estão perdendo a vida nas referidas rodovias. **Aparte vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva** –

Criticou a adoção de apenas medidas paliativas e demonstrou toda sua revolta com as reiteradas promessas não cumpridas. **Continuou o orador** – Comentou que entende a revolta da vereadora, mas contrapôs que ainda neste ano está previsto o recapeamento da SP-79 e, daqui cinco anos, a solução peremptória será adotada: o financiamento por meio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) da duplicação da rodovia. **Vereador Mauro Vieira Machado (7)** – Cumprimentou todos os presentes e também iniciou seu discurso ao tratar das condições das rodovias SP-79 e SP-250. Lembrou de fala do ex-vereador Daniel Dias de Moraes sobre promessas de melhorias desde a época do ex-governador Franco Montoro, situação que ilustra o descaso do governo estadual há muito tempo. No mesmo contexto, apontou que a deterioração da malha rodoviária impede o desenvolvimento do município, haja vista municípios como Sorocaba e Itu que, por receberem boas rodovias, alcançaram um grande desenvolvimento industrial. Lembrou também que, na décima sexta legislatura, vieram até a Câmara representantes do DER para apresentar futuros investimentos na SP-250, promessas que nunca se cumpriram. Sobre as informações repassadas pelo vereador Caio, quanto aos futuros investimentos na SP-79, opinou que o pretendido recapeamento seria um desperdício de recursos, pois há de se levar em conta que em cinco anos o asfalto voltará a se deteriorar. **Aparte vereador Caio Cézar da Silva Martori** – Explicou que a intenção do governo estadual é de não entregar a SP-79 para a iniciativa privada, bem como explicou que a obtenção do financiamento por meio do BID leva tempo para se concretizar, motivo pelo qual foi adotada a opção pelo recapeamento neste primeiro momento, uma vez que é urgente a manutenção. **Aparte vereador Adilsom Castanho** – Contou que além dos ofícios enviados ao DER, foi solicitada a realização de uma audiência pública, reunião negada pelo órgão com a justificativa da inconveniência do evento em um momento de pandemia. **Continuou o orador** – Sobre a questão da volta às aulas, comentou entender a necessidade do regresso aos estudos presenciais, principalmente aos alunos mais vulneráveis, porém contrapôs que os únicos professores vacinados foram os maiores de 47 (quarenta e sete) anos, além de citar o argumento de que não há grupo de risco, uma vez que a doença tem vitimado pessoas jovens e sadias. **Aparte vereador Wandi Augusto Rodrigues** – Voltou a defender seu argumento de que apenas professores vacinados dessem o reforço escolar aos alunos mais necessitados. **Continuou o orador** – Defendeu um retorno com um planejamento prévio, prezando pela segurança de profissionais e alunos. Em

seguida, defendeu também o retorno das sessões presenciais, pois, em seu entendimento, adotando-se as medidas de afastamento há a possibilidade do comparecimento de todos, haja vista as limitações que as sessões virtuais impõem. **Aparte vereador Caio Cézar da Silva Martori** – Discordou da opinião do orador quanto ao retorno das sessões, pois em seu entendimento as sessões virtuais estão transcorrendo bem, além de acreditar que o regresso só deve ocorrer após a vacinação de todos os vereadores. **Continuou o orador** – Agradeceu o aparte, enalteceu a importância da democracia e encerrou sua fala. Como não houve mais vereadores inscritos, o senhor presidente consultou os demais vereadores quanto à dispensa do intervalo regimental e, após aceita a dispensa, foi dado início à pauta da **ORDEM DO DIA**: **1) Projeto de lei nº 10/2021 (Poder Executivo) com emenda da CJR** – "Dá nova redação à lei municipal nº 3324, de 7 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina e dá outras providências." – A emenda nº 1 foi colocada em segunda discussão – Como não houve vereadores para discuti-la, a emenda nº 1 foi colocada em segunda votação – **Aprovada por unanimidade (11x0)**. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em segunda discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em segunda votação – **Aprovado por unanimidade (11x0) – O projeto será encaminhado para a CJR para elaboração da redação final**. Como não houve mais matérias em pauta, nem vereadores inscritos em **EXPLICAÇÃO PESSOAL**, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão ordinária às 11h33. Eu, Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva, 1ª Secretária da Mesa Diretora deste Poder Legislativo, autorizei a transcrição desta ata que será submetida ao Plenário, oportunamente.

Adilsom Castanho
Presidente

Valdinei Aparecido Mariano Franco
Vice-Presidente

Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva
1ª Secretária

Wandi Augusto Rodrigues
2º Secretário